

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.070 - MG (2019/0167840-1)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**RECORRENTE : ALEXSANDRO ANACLETO SIMOES (PRESO)**  
**RECORRENTE : JHONATAN DE SOUZA FERREIRA (PRESO)**  
**RECORRENTE : VANDERSON FARIA SANTOS SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso interposto contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.042905-0/000, em que se alega, em síntese, falta dos pressupostos para a prisão cautelar de **Alexsandro Anacleto Simões, Jhonatan de Souza Ferreira e Vanderson Faria Santos Silva**, presos em flagrante delito no dia 4/2/2019, por tráfico de drogas e associação para o mesmo fim, ante a apreensão de 13 invólucros contendo 41,13g de maconha, 26 microtubos com 23,28g de cocaína e cerca de R\$1.200,00.

Requer-se a concessão de medida liminar a fim de permitir que os recorrentes aguardem em liberdade o julgamento do recurso. Ao final, busca-se a revogação do decreto prisional relativo ao Processo n. 0037223-20.2019.8.13.0313, da 1ª Vara Criminal da comarca de Ipatinga/MG.

Não há contrarrazões.

É o relatório.

À primeira vista, há fundamentação idônea para a prisão preventiva, alicerçada que está nas circunstâncias da prisão em flagrante. Segundo o Magistrado de piso (fl. 118),

os flagranteados negam a prática do delito, no entanto as demais provas carreadas aos autos demonstram indícios suficientes de autoria e materialidade do crime, vez que houve **apreensão de quantidade significativa de entorpecentes quando da abordagem policial, bem como, petrechos comumente utilizados para traficância e significativa quantia em dinheiro com os autuados**, o que demonstra a periculosidade dos mesmos ao meio social.

**Indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Ipatinga/MG sobre a situação do Processo n. 0037223-20.2019.8.13.0313 e dos ora recorrentes após a realização da audiência já designada.

Depois de prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

